



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATA DE REUNIÃO

Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho - CGMNa-JT

Reunião realizada em 3 de maio de 2019, às 14h30.

LOCAL DE REALIZAÇÃO: GABINETE DO MINISTRO IVES GANDRA DA SILVA
MARTINS FILHO

EDIFÍCIO SEDE DO TST, BLOCO B, 1º ANDAR, SALA 157 BRASÍLIA – DF

MEMBROS PARTICIPANTES	<p>Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho - CGMNa-JT</p> <p>Ives Gandra Da Silva Martins Filho (Coordenador) – Ministro do TST</p> <p>Maria Beatriz Theodoro Gomes, Desembargadora - TRT 23ª Região</p> <p>Maria de Lourdes Leiria, Desembargadora – TRT 12ª Região</p> <p>Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, Desembargadora, TRT 8ª Região</p> <p>Wolney de Macedo Cordeiro, Desembargador Presidente do TRT da 13ª Região</p> <p>Representante de membro ausente:</p> <p>Cristiane Ferreira de Souza, Analista Judiciário – TRT 1ª Região, representando o Sr. Marcelo Antero de Carvalho, Desembargador do TRT da 1ª Região</p>
SECRETÁRIO	1. Virginia Veríssimo – CDOC/TST
EQUIPE DE APOIO	2. Luiz Fernando Duarte de Almeida – CGDOC/CSJT e CGEDM/TST 3. Leonardo Neves Moreira – CGDOC/CSJT



Informes sobre Andamento de Propostas já Aprovadas	Providências e Deliberação
<p>Tema: Gestão de documentos bibliográficos e bibliotecas</p> <p>1. Proposta "Tesouro da Justiça do Trabalho". Proposição: Membro Maria Cristina Diniz Caixeta Exposição: Virgínia Ramos Veríssimo, TST/CDOC</p> <p>Situação: formato de apresentação dos temas da tabela do CNJ.</p>	<p>Exemplificou o estudo de termos realizado e a necessidade de desmembrar temas da tabela de assunto do CNJ que formam uma expressão e/ou conjugam dois ou mais temas.</p> <p>A mesa concordou com o desmembramento de temas e o Ministro Ives Gandra reiterou o prazo de junho para conclusão da primeira etapa do projeto.</p>
<p>Tema: Gestão de documentos arquivísticos</p> <p>2. Proposta de criação do Museu Virtual da Justiça do Trabalho contemplando todos os Regionais e seus repositórios de memória (como um portal da memória ancorado no TST).</p> <p>Proposição: Membro Eneida Melo Correia Exposição: Luiz Fernando Duarte de Almeida – CGDOC/CSJT e CGEDM/TST.</p> <p>Situação: Proposta de imagem e estruturação de site encaminhada para avaliação do Coordenador do CGMNac-JT, Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho.</p> <p>O Memorial Virtual será desenvolvido dentro da plataforma <i>Access to Memory</i> (AtoM).</p>	<p>O servidor Luiz Fernando (CSJT) informou que a ferramenta Memorial Virtual (elaborado sob arquitetura Atom) será disponibilizada no site do CSJT e os Tribunais Regionais do Trabalho poderão alimentar dados de seus acervos arquivísticos nessa base.</p> <p>Também informou que vai disponibilizar, em maio, versão prévia do sistema para avaliação do Ministro Ives Gandra.</p> <p>O Ministro Ives Gandra indicou a necessidade de oficiar os Tribunais Regionais Trabalho, informando a metodologia de alimentação da base e os prazos para disponibilização das informações no novo sistema. Dessa forma, os TRTs serão incentivados a contribuir com o projeto.</p>
<p>Tema: Gestão de documentos bibliográficos e bibliotecas</p> <p>3. Proposta "Projeto Acervo Bibliográfico Histórico da Justiça do Trabalho": objetiva identificar, preservar e divulgar o acervo raro ou especial pertinente à história da Justiça do Trabalho e ao Direito do Trabalho.</p> <p>Proposição: Membro Marcelo Antero de Carvalho Exposição: Cristiane Ferreira de Souza, Tribunal Regional do</p>	<p>A servidora Cristiane Ferreira (TRT1) apresentou minuta do ato com critérios para identificação e preservação o acervo bibliográfico raro e especial da Justiça do Trabalho.</p> <p>O servidor Luiz Fernando (CSJT) manifestou interesse de incluir na minuta documentos arquivísticos e</p>



<p>Trabalho da 1ª Região</p> <p>Situação: Apresentação de proposta modificada para apreciação.</p> <p>Realização no TST de curso sobre obras raras e preservação</p>	<p>museológicos. A idéia não foi aprovada pelo Ministro Ives Gandra por se tratarem de materiais diferentes, mas autorizou apresentação futura de projeto que contemple os materiais supracitados.</p> <p>O Ministro Ives Gandra aprovou minuta e a submeterá ao Presidente do CSJT, para que, conforme o trâmite do Conselho, possa ser produzido ato administrativo regulamentando a matéria, com efeito para toda a Justiça do Trabalho.</p>
<p>Tema: Gestão de documentos arquivísticos</p> <p>PROPOSTAS AGLUTINADAS</p> <p>4. Proposta de definição de equipe operacional de avaliação documental mínima para a Justiça do Trabalho. Composta por estagiários em Direito, História e em Arquivologia, servidores da unidade e funcionários terceirizados.</p> <p>Proposição: Membro Maria de Lourdes Leiria</p> <p>5. Proposta de implementação de procedimentos para gestão, preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.</p> <p>Proposição: Membro Sulamir Palmeira Monassa de Almeida</p> <p>6. Proposta de Tratamento de massas documentais acumuladas na Justiça do Trabalho</p> <p>Proposição: Membro Sulamir Palmeira Monassa de Almeida</p> <p>7. Proposta programa de segurança e preservação de acervos em suporte de papel em arquivos, bibliotecas, museus ou centros de memória da Justiça do Trabalho</p> <p>Proposição: Membro Sulamir Palmeira Monassa de Almeida</p> <p>8. Proposta de política nacional de museus na área de educação.</p> <p>Proposição: Membro Sulamir Palmeira Monassa de Almeida</p> <p>Situação: Membro Sulamir Palmeira Monassa de Almeida encaminhou documento ao Coordenador do CGMNac-JT,</p>	<p>Primeiro a Desembargadora Sulamir Monassa (TRT8) explicou os pontos principais do projeto intitulado “Tratamento da Massa Documental Acumulada da Justiça do Trabalho”. Também destacou a necessidade de desenvolver e compartilhar metodologias que possibilitem o funcionamento combinado dos softwares Archivemática e Atom.</p> <p>O servidor Luiz Fernando (CSJT) informou os estudos realizados pelo TST para implantação desses softwares e citou que já há um Documento de Oficialização de Demanda (DOD), encaminhado pelo Secretário-Geral Judiciário do TST, solicitando medidas relativas à implantação do software Archivemática.</p> <p>O Ministro Ives Gandra solicitou que a equipe verifique o andamento do DoD e atualize o Comitê sobre a evolução dessa questão.</p>



<p>Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho; CGDOC/CSJT ficou de conferir junto à ENAMAT se o curso sobre memória da Justiça do Trabalho ainda está sendo ministrado.</p>	
<p>Tema Gestão de Museus/Memoriais</p> <p>9. Proposta de estruturação/inclusão das unidades de memória nos organogramas dos TRT'S</p> <p>Proposição: Membro Sulamir Palmeira Monassa de Almeida</p> <p>Situação:</p>	<p>A Desembargadora Sulamir Monassa (TRT8) explicou a proposta de estruturação/inclusão das unidades de memória nos organogramas dos TRT'S.</p> <p>O Ministro Ives Gandra solicitou que a equipe da Coordenadoria de Gestão Documental (CSJT) elabore minuta de Resolução do CSJT, com texto simples, visando normatizar a inclusão de memoriais no organograma dos TRTS, e também definindo os aspectos básicos de constituição desses memoriais ou centros de memória.</p>
<p>Tema: Gestão de documentos arquivísticos</p> <p>10. Preservação e acesso aos processos híbridos da Justiça do Trabalho - Processos em que a fase de conhecimento se encontram em suporte físico e a fase de execução em suporte digital (PJE);</p> <p>Situação: CGDOC deve apresentar análise de como viabilizar a utilização da Tabela de Temporalidade nos referidos processos híbridos.</p>	<p>Em um segundo momento a Desembargadora Sulamir (TRT8) indicou que há um descompasso na gestão dos processo híbridos, havendo necessidade de criar links entre autos que encerram sua existência física e são transformados em autos digitais, para tramitação exclusiva no sistema PJe.</p> <p>Ministro Ives Gandra solicitou que a equipe da Coordenadoria de Gestão Documental (CSJT) realize consulta junto aos TRTs para verificar os procedimentos utilizados atualmente para associar processos físicos e digitais.</p>



Nova Proposta de Projeto	Providências e Deliberação
<p>Tema: Tema Gestão de Museus/Memoriais</p> <p>1. Proposta de divulgação de conteúdos informativos, voltado para alunos de ensino médio, sobre a história da Justiça do Trabalho e sobre seu papel como garantidor dos direitos sociais.</p> <p>Proposição: Membro Maria Beatriz Theodoro Gomes</p> <p>Exposição: Dra. Maria Beatriz Theodoro Gomes</p> <p>Justificativa: Revela-se inexorável a necessidade de espriar a importância histórica da Justiça Trabalhista, notadamente o seu papel de garante de parcela significativa dos direitos sociais (art. 114 da CF/88).</p> <p>De outro lado, impende imprimir efetividade à previsão constante no §9º do art. 26 da Lei n. 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no sentido de promover, de forma transversal, a discussão sobre os direitos humanos no âmbito do ensino médio.</p> <p>Destarte, sugere-se o debate sobre a viabilidade e conveniência de implementação de projeto que contemple a divulgação, aos referidos estudantes, da atuação histórica desta Justiça especializada na defesa dos direitos retromencionados.</p>	<p>A Desembargadora Maria Beatriz Theodoro (TRT23) justificou e explicou aspectos práticos da proposta de divulgação de conteúdos informativos sobre a história da Justiça do Trabalho, com foco em público formado por alunos de ensino médio.</p> <p>O Ministro Ives Gandra propôs que o programa seja ampliado de forma a abranger também alunos de direito e outros grupos sociais, nos moldes do programa de visitas já realizado pelo TST.</p>